



MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Rosilda Costa Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: fernandesrosilda.rf19@gmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

Rosimeiry Souza Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: rosysantana007@hotmail.com

1898

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais populares, tiveram significativas contribuições para a história das lutas urbanas entre as décadas de 1970 a 1990, no Brasil. Uma história consolidada através da representatividade de lideranças comunitárias forjadas na prática da convivência em suas comunidades periféricas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, nos grandes centros urbanos.

Na atualidade, esses movimentos sociais urbanos, em seus diversos cenários, em suas articulações de enfretamentos às questões sociais, avançaram em suas pautas de reivindicações, tanto no campo das questões de infraestrutura no contexto da urbanização, como por meio do controle social¹, configurados pelos conselhos.

Assim, a presente pesquisa tem a finalidade de apresentar uma breve discussão sobre as contribuições dos movimentos populares urbanos, na luta pela redemocratização do Brasil, a partir das lutas urbanas, que se constituíram nas reivindicações de pautas históricas, direcionadas as políticas públicas de habitação, configurada por moradia digna na cidade, entre outras políticas como trabalho, saúde, educação, transporte, assistência social e segurança etc., (BRASIL 1988).

O trabalho foi consolidado por intermédio de uma revisão de literatura, fundamentado na perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético–MHD, por compreender que esses pressupostos metodológicos, permitem a interpretação da

¹ Existem vários conceitos para o termo Controle Social, mas nesse trabalho, compreendemos como Controle Social, o ato da participação da sociedade organizada na gestão da administração pública, ou seja a possibilidade da população acompanhar e monitorar as políticas do Estado “para a garantia da soberania popular” (CORREIA 2009, on line).



realidade social em seus aspectos contextualizados, sobre o viés das contradições da sociedade pautada no sistema de produção capitalista e na luta da classe trabalhadora (MARX, 2008).

DISCUSSÕES

Para Santos (2013, p. 36), na década de 1970, intensifica-se a organização da classe trabalhadora no país em oposição à exploração do trabalhador. Para Jacobi, (1987), as primeiras mobilizações sociais urbanas no país, ganharam força no período pós Ditadura Militar², quando os movimentos sociais se organizaram com mais intensidade para os enfrentamentos direcionados às questões sociais urbanas.

Segundo Santini (2015), os movimentos sociais se constituíram como uma instituição de poder, ou seja, as ações populares tiveram grande repercussão no desenvolvimento de espaços coletivos, organizados e não institucionalizados, bem como nas conquistas por direitos em todo país. Por isso, a importância de enfatizar que os movimentos sociais são instituições fundamentais no cenário da luta de classes, sobretudo em função do antagonismo entre a burguesia, então detentora dos meios de produção, e o proletariado, isto é, a classe trabalhadora (MARX, 2008).

De acordo Maricato (2016), os movimentos sociais populares se articulavam e ainda se articulam de forma tão organizada, que a repercussão de suas ações, tiveram como desdobramentos a luta pela Reforma Urbana no Estado brasileiro, o “movimento pela Reforma Urbana avançou conquistando importantes marcos institucional”, que resultaram em consolidação de políticas públicas urbanas no país, (2016, p. 35), conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 01– Implementação de pasta e de políticas públicas
Resultados das ações dos movimentos sociais populares urbanos

POLÍTICAS INSTITUÍDAS	ANO
Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano	1979
Constituição Federal, Capítulo II art. 6º dos Direitos Sociais	1988
Lei 10257 10 de julho 2001 que cria Estatuto das Cidades	2001
Ministério das Cidades	2003
Conferências Nacionais das Cidades	2003
Secretaria Nacional de Habitacional	2003
Secretaria de mobilidade urbana e saneamento ambiental	2003
Conselho Nacional das Cidades	2004

Fonte: Elaboração própria (2021).

² Período compreendido entre 1964 e 1985 como Estado Militar, Estado Civil-Militar, Ditadura Militar, Ditadura Civil-Militar, Regime Militar, Regime Civil-Militar, Ditadura Militar, Ditadura Empresarial Militar dependendo da visão política e acadêmica adotada quanto a esse objeto de estudo, excluindo o termo revolução, como alcunharam os militares e os manuais escolares instruídos para oficializar e justificar a violência política estabelecida em nome da nação (PADRE, 2019, p. 18).



Nesse cenário, apresentaremos a composição geral do ConCidades, com destaque para os movimentos sociais populares, por conta no objeto em estudo. O Conselho Nacional das Cidades possui 86 integrantes, que contemplam desde os poderes públicos em todos os entes federados, como representação da sociedade civil organizada por movimentos sociais, trabalhadores, empresários, pesquisadores e Organizações não governamentais. No que diz respeito aos movimentos sociais populares, os critérios para integração no ConCidades parte da participação dessas representações na condição de delegado³ ou delegada da Conferência das Cidades e ser votado no momento oportuno dentro da Conferência, conforme demonstrado na Tabela 01.

1900

Tabela 01 — Representação por segmento no Conselho Nacional das Cidades

Integrantes por representatividade	Número
Representantes poder público federal	16
Representantes poder estadual ou distrital	11
Representantes do poder público municipal	12
Representação de movimentos populares	23
Representantes de entidades empresárias	08
Representantes de entidades de trabalhadores	08
Profissionais da acadêmicos e de pesquisa	06
Organização não governamental	04
Total	86

Fonte: Adaptado com base no Relatório do IPEA (2012).

Em análise documental, constatamos que na composição do ConCidades existem apenas 04 instituições que representam os movimentos sociais populares urbanos. Ao pesquisar a história dessas entidades, verificamos que essas organizações tiveram origem na década de 1980 e têm entre seus objetivos, criar estratégias de diálogo entre o Estado e os movimentos sociais que lutam por moradia, regularização fundiária das ocupações, programa habitacionais, bem como melhores condições de moradia, infraestrutura e serviços básicos para a classe trabalhadora. “A composição dos conselhos poderá contemplar a representação de todos os segmentos sociais existentes ou os segmentos designados no ConCidades, eleitos na Conferência Nacional das Cidades” (MCIDADES, 2006, p. 18).

De acordo MCidades (2016), o critério de seleção da participação dessas entidades na Conferência Nacional das Cidades, espaço onde se elege os representantes do ConCidades, está ancorado nas circunstâncias de que só poderia concorrer às vagas

³ Sujeito eleito ou eleita pela organização a qual está vinculada, para representa-la no espaço da Conferência.



dos movimentos sociais populares, as organizações que, além de sua representatividade em nível municipal e estadual, tivessem também representatividade em nível nacional.

Quadro 02 — Apresenta um resumo sobre a origem dos movimentos urbanos com cadeira no ConCidades

Instituição	Origem
CMP	A Central dos Movimentos Populares — CMP “Tem origem no final dos anos 70, mas ganha repercussão, em 1979, com a origem a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS). Atualmente se articula para o desafio histórico de fortalecer a participação popular na luta pela efetivação dos direitos” (CMP, 2021, on-line).
CONAM	A Confederação Nacional de Associações de Moradores — CONAM, tem origem em “1982, presente no movimento nacional popular e comunitário, tem como seu papel organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares” (CONAM, 2021, on-line).
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia — MNLM “Presente em 17 estados do país o MNLM nasce nos anos 80 em um momento de grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos. A partir desse contexto foi organizado 1º Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, em 1990, dando origem ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM (SCHÄFFER <i>et al.</i> , 2010, n.p.)
UNMP	A União Nacional de luta por Moradia — UNMP “iniciou sua articulação em 1989 e consolidou-se a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05) (UNMP, 2021, on-line).

1901

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações de Websites das organizações (2021).

Desse modo, compreendemos que atuação dos movimentos sociais populares permitiu a inserção dessas entidades em espaços de participação popular que têm intensificando suas intervenções na gestão governamental, a exemplo dos conselhos e das conferências. De acordo com Alencar e Ribeiro (2014, p. 23), entre os anos de 1988 até 2010, foram criados 52 conselhos nacionais, que se somaram aos cinco já existentes. Entre eles, 24 foram criados de 2003 a 2010. Organizaram-se 103 conferências nacionais entre 2003 e 2014, nas diversas áreas de políticas públicas, além de ouvidorias públicas no poder executivo, legislativo e judiciário tanto em nível federal e estadual, quando municipal.

CONCLUSÃO

A revisão de literatura nos permitiu realizar as seguintes considerações: nem a história, nem os tempos contemporâneos têm como negar as contribuições dos movimentos sociais populares na conquista dos direitos no contexto das políticas urbanas no Brasil. Nessa perspectiva, compreendemos que os movimentos sociais tiveram imensas contribuições na consolidação e implementação de políticas públicas urbanas do Estado brasileiro, o que se configura como participação popular democrática. Nesse panorama, inferimos que o fortalecimento da democracia é uma das características indispensáveis para o desenvolvimento do país e para as pautas das questões urbanas, sustentada na luta de classes, contra a exploração, dominação e pela



busca de qualidade de vida para toda classe trabalhadora. Desse modo, é possível inferir que os movimentos sociais em seus diversos segmentos e representatividades estiveram presentes na materialização das políticas sociais no país.

PALAVRAS -CHAVES: Movimentos Sociais Urbanos. Lutas. Conquistas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Joana Luiza de Oliveira. RIBEIRO. Uriella Coelho. **O decreto sobre a participação social no governo federal e a “polêmica bendita”**. Boletim de análise política-institucional, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/pnpseapolemica.pdf>. Acesso em: jul. em 2021.

CMP, Central dos Movimentos Populares. **História**. Página virtual da CMP, 2012. Disponível em: <https://cmpbrasil.org/historia/>. Acesso em: jul. de 2021.

CONAM–CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES. **História e fundação**. Disponível em: <http://www.conam.org.br/historico/>. Acesso em: 30 de jun. 2021.

DURIGUETTO. Maria Lúcia; Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social. **Revista Conexão Gerais do CRESS-MG** n° 4/2013.

IPEA, Instituto De Pesquisa Estatística Aplicada. **Relatório de pesquisa do ConCidades**, Composição do Conselho das Cidades, 2012. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120409_relatorio_cidades.pdf. Acesso em: 30 de junho 2021.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais urbanos no Brasil**. Resenha publicada no BIB n. 9. 1987. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-09/336-movimentos-sociais-urbanos-no-brasil/file>

MARICATO. E. **Para entender a Crise Urbana**; 2ª Reimpressão; Expressão Popular; São Paulo 2016.

MCIDADES, Ministério Das Cidades. **Um exército de gestão democrática**. Brasília 2006. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/UmExercicioDeGestaoDemocratica.pdf> Acesso em: jul. em 2021.

MARX, K. **Contribuições à crítica da economia política**; 2ª Edição; Expressão Popular; São Paulo, 2008.

SANTINI, Maria Ângela. **Movimentos Sociais**. Editora Londrina e Distribuidora Educacional S.A 2015.

SANTOS. A. R. **Ocupar; Resistir e Produzir; Também na Educação! O MST e a Burocracia Estatal**: Negação e o Consenso. Editora: Paco Editorial; Jundiaí 2013.